

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA
SAÚDE DA MULHER MORADORA DE RUA: REVISÃO DA LITERATURA****The difficulties encountered by the multidisciplinary team in the health of homeless
women: Literature review****Julia Ribeiro Pereira¹, Filipe Martinuzo Filetti²**¹Acadêmica de Enfermagem, FAVENI, duaribeiro22@gmail.com²Coordenador do curso de Enfermagem, FAVENI, felipe.filetti@professorfaculdadefaveni.com.br**1. INTRODUÇÃO**

A ascensão da população de mulheres moradoras rua é um fenômeno que vem sendo percebido em todo território brasileiro. De acordo com o Ministério de desenvolvimento social e de combate à fome, estima-se que cerca 18% da população total de moradores de rua sejam mulheres (BRASIL, 2008). Contudo, com a pandemia da COVID-19, o número de desabrigadas cresceu de forma exponencial, assim como as barreiras encontradas no acesso aos programas de saúde por estas mulheres. No ano de 2011, foi instituído como Política Nacional de Atenção Básica a estratégia “Consultório na rua”. Essa estratégia tem como objetivo aumentar o acesso da população de rua aos programas de saúde do governo (BRASIL, 2011). A equipe multidisciplinar do consultório, quando necessário, atua junto com as unidades básicas de saúde, para melhor atendimento destes indivíduos (BRASIL, 2011). Entretanto, mesmo com a criação de estratégias para a promoção da saúde dessa população, principalmente mulheres, ainda existem vários desafios a serem enfrentados para garantir uma assistência em saúde integral e de qualidade (LONDERO, 2014).

2. MATERIAL E MÉTODO

Esse estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A presente revisão tem como objetivo responder à seguinte pergunta: “Quais as principais dificuldades encontradas pelas equipes multidisciplinares na saúde da mulher moradora de rua?”. Para responder a esse questionamento a revisão bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados: LILACS, BDNF e MEDLINE, via BVS. Para as buscas de dados utilizou-se os seguintes descritores: Mulher; Pessoa em situação de rua; Vulnerabilidade, conectados pelo operador booleano AND. A busca foi feita entre junho e agosto de 2022. Inicialmente foram encontrados 25 artigos. Em seguida, os estudos passaram pelos critérios de inclusão e de exclusão. Como critérios de inclusão utilizamos artigos publicados em português ou inglês, nos últimos cinco anos e com o texto completo disponível na íntegra. Os critérios de exclusão foram monografias, teses, dissertações, artigos de revisão da literatura e manuais, restando 6 artigos para o nosso estudo. Após seleção dos artigos, foi realizada a tabulação dos dados, os quais foram distribuídos em uma tabela com as seguintes variáveis: Título dos artigos, autor e ano de publicação, local de publicação e principais resultados.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os seis artigos selecionados foi identificado que as duas principais dificuldades que interferem diretamente na saúde da mulher moradora de rua é o uso de substâncias ilícitas e as doenças sexualmente transmissíveis.

Segundo Rios et al (2020), é perceptível que a saúde da mulher moradora de rua é extremamente comprometida pelo o uso de substâncias ilícitas. Essa informação também foi observada por Schmalter (2021) que constatou que 70% da população de moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro são dependentes químicos.

Ademais, Mendes et al. (2020) discorre sobre as doenças sexualmente transmissíveis (DST) que prejudicam de forma direta a saúde dessas mulheres sem fonte de renda, acabam recorrendo à prostituição, o que aumenta a contaminação por DST.

Outro problema contemplado nos estudos é o vínculo familiar frágil. Conforme apontado por Rios et al., (2020) muitas mulheres recorrem às ruas para evitar os problemas familiares, buscando uma alternativa para fugir da realidade em que vivem.

Pode-se ainda encontrar outros problemas relacionados à saúde das mulheres não domiciliadas, como os processos opressivos e os estigmas sociais que essas mulheres sofrem no cotidiano, assim como o sentimento de vergonha e humilhação (ESMERALDO et al., 2022). Como destacado por Esmeraldo et al. (2022), esses sentimentos são capazes de incidir sobre o cotidiano das mulheres moradoras de rua, o que prejudica a comunicação entre as pacientes e os profissionais das equipes multidisciplinares. É importante salientar que entre a população de rua é comum relatos de mau atendimento por parte dos funcionários de hospitais e unidades de saúde, chegando ao ponto de ser negado atendimento (BRASIL, 2014).

Do mesmo modo, o alcoolismo também vem sendo percebido como um problema de saúde dessas mulheres. Cruz e Taquette (2021) afirmam que o uso de bebidas alcoólicas vem aumentando significativamente nessa população. Esse tipo de comportamento também foi discutido por Jabur et al., (2014), o qual destaca que o uso de bebidas alcoólicas é comum, pois além de suprimir o sentimento de solidão, ajuda a criar um vínculo comum entre as companheiras de rua.

Posto isto, verifica-se a necessidade de compreender as particularidades das mulheres desabrigadas. É necessário fortalecer as políticas públicas voltadas para esta população, promovendo a abertura de mais casas de apoio e de reabilitação, assim como o aumento da área de cobertura do consultório na rua. A oferta de testes rápidos de detecção de doenças sexualmente transmissíveis e de métodos contraceptivos diretamente nas ruas dos centros urbanos é uma ótima estratégia. A educação continuada deve ser discutida abrangendo temas como, a educação sexual, ética e os direitos humanos. Assim, com a disponibilização de projetos de qualificação profissional, aumentando as chances de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho.

3.1.DESAFIOS NO ATENDIMENTO À GESTANTE MORADORA DE RUA

De acordo com Barros et al. (2020), o principal desafio encontrado na saúde da gestante moradora de rua está na falta de conhecimento sobre os sinais e sintomas de gravidez. As Unidades Básicas de Saúde e o projeto Consultório na rua poderiam contribuir para a redução deste agravo. Todavia, nota-se a baixa adesão na procura dos serviços de saúde para a realização do pré-natal adequado, sendo que algumas áreas ainda não possuem esses serviços. A falta do acompanhamento com os profissionais de saúde configura um sério problema, já que o pré-natal é a principal forma de evitar as futuras complicações para mãe e para o bebê (BRASIL,

2000). Segundo Iansky (2020), enquanto a média de gestações das mulheres brasileiras é de 1,9 gestações, a média para mulheres de rua é de 4 gestações.

Diante disso, é importante que medidas sejam criadas para contribuir com o enfrentamento deste desafio. A educação sexual para moradores de rua é essencial, visto que a maioria das mulheres não possuem conhecimentos específicos sobre gravidez e como evitar uma gestação. Sabe-se que métodos contraceptivos são distribuídos nas unidades de saúde, entretanto, essas mulheres enfrentam resistência a comparecer nas unidades, o que dificulta o acesso. Visando essa situação, é de interesse fazer essa distribuição nos centros urbanos. Nota-se também a necessidade do aumento de cobertura de áreas pelo projeto consultório na rua, a fim de captar essas gestantes para a realização correta do pré-natal.

3.2. DESAFIOS NO ATENDIMENTO À MULHER TRANSEXUAL MORADORA DE RUA

É possível observar que o preconceito vivido por mulheres transexuais afeta diretamente na saúde destas. O preconceito familiar e a falta de oportunidade de emprego acabam fazendo com que essas mulheres recorram às ruas. Em virtude das escassas oportunidades de trabalho, essas mulheres tendem a recorrer à prostituição, a fim de manter uma renda informal, o que aumenta o índice de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (VERONEZE, 2022). Essa problemática também foi evidenciada por Mendes et al. (2020), o qual aponta que, além das doenças sexualmente transmissíveis, esse grupo também é afetado por outras adversidades, tais como o uso de substâncias ilícitas, violência física, além da transfobia nos serviços de saúde.

Conforme apontado por Rocha et al. (2013) o uso de substâncias ilícitas por mulheres trans é acarretado pela vulnerabilidade social em que elas se encontram, sendo possível a desvinculação das drogas em casos de mudança no contexto social ao qual elas estão inseridas. Uma vez observado essa circunstância, nota-se a necessidade de criação de casas de apoio às mulheres trans, oferecendo moradia, reabilitação e ofertando cursos que possam lhes dar melhores oportunidades no mercado de trabalho.

O Brasil é o país onde mais ocorrem casos de homicídios de mulheres transexuais (ANTRA, 2021). Segundo dados do IBGE (2020) a expectativa de vida de uma mulher cisgênero é de 80 anos, em contrapartida, a de uma mulher transgênero é de 35 anos (ANTRA, 2021). Portanto, a criação de políticas públicas que objetivem a redução da violência contra às mulheres trans se mostra de grande importância.

Apesar da criação da Política Nacional de Humanização, conhecida como Humaniza SUS, em que consiste na efetivação dos princípios do SUS, o que inclui o acolhimento e a humanização do serviço de saúde, (BRASIL, 2003), ainda é perceptível que estas mulheres não se sentem acolhidas nestes locais, o que mostra a transfobia existente nos funcionários e nas instituições de saúde (MENDES et al, 2020). Visto isso, observa-se a necessidade da implementação de cursos profissionalizantes e de graduação que ajudem a estabelecer uma melhor relação entre os profissionais e pacientes transexuais. Também é visível a necessidade de as instituições de saúde ofertarem curso de educação continuada para os funcionários, com o intuito de desmistificar estigmas e preconceitos sobre esse grupo de mulheres, a fim de ser estabelecido uma boa comunicação entre ambas as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados, observam-se que são inúmeras as dificuldades encontradas pela equipe multiprofissional que interferem diretamente na promoção da saúde da mulher moradora de rua. Diante do exposto, nota-se a necessidade de reformulação das políticas

públicas voltadas para a promoção da saúde das moradoras de rua, buscando a efetivação dos programas e estratégias. É de interesse ressaltar a importância do planejamento das estratégias voltadas também para as experiências profissionais, levando a discussão de novas soluções para esses desafios. É essencial que mais estudos sejam realizados sobre o assunto. Contudo, é pertinente realizar a combinação de diferentes estratégias de captação dessas mulheres, garantindo maior eficiência e eficácia das ações promovidas e dando voz a elas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. As moradoras de rua entram em cena: a violência contra a mulher moradora de rua como uma das expressões da “questão social”. VI Jornada internacional de políticas públicas, Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil, 2013. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/asmoradorasderuaentramemcena.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transsexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 20 set. 2022.

ARAUJO, Amauri dos Santos et al. O contexto da gestante na situação de rua e vulnerabilidade: seu olhar sobre o pré-natal. Rev. enferm. UFPE on line, Recife, vol. 11, p. 4103-4110, out. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1032291>. Acesso em: 09 ago. 2022.

BARROS, Keila Cristina Costa et al. Vivências de cuidado por mulheres que gestam em situação de rua. Rev. Rene vol. 21, Fortaleza, 2020. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-38522020000100335. Acesso em: 09 ago. 2022

BRASIL, Ministério da Saúde. e. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saúde da população em situação de rua: um direito humano/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.38p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica Conjunta N° 001/2016. Página 5. Brasília. DF. 2016. Disponível em: <http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/nt-MS-MDS-mulheres-sit-rua.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher:

princípios e diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 82 p. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/humanizaus>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2015. Disponível em: <https://wpp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP--PORT.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 26 maio. 2022.

BRASIL. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Consultório de rua. Brasília. DF. 2011. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/consultoriorua/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

CAMPOS, Ricardo Prado Pires de. O fluxo migratório, moradores de rua e o papel das políticas sociais. 2019. Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-out-28/mp-debate-fluxo-migratorio-moradores-rua-papel-politicas-sociais>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CARBONERA, Isabela Cristina. Mulheres em Situação de Rua e Políticas Públicas de Saúde. Universidade de Brasília. Brasília. DF. 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27307/1/2017_IsabelaCristinaCarbonera_tcc.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

CRUZ, Jane da Rocha; TAQUETTE, Stella Regina. Viver na rua: vulnerações e a bioética da proteção. Rev. Bioét. vol. 28. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/WxKbcZgTbYhbmLVTKZvGFGL/?lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2022.

ESMERALDO, A. F. L., & XIMENES, V. Mulheres em Situação de Rua: Implicações Psicossociais de Estigmas e Preconceitos. Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2022, v.42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235503>. Acesso em: 08 ago. 2022.

IANSKY, Sônia. Maternidade nas ruas se agrava com pandemia. Faculdade de Medicina UFMG. 2020. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/maternidade-nas-ruas-se-agrava-com-pandemia/#:~:text=De%20acordo%20com%20ela%2C%20as,%C3%A9%20de%201%2C9%20gravidezes>. Acesso em: 20 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos. Agência IBGE. 2020. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>. Acesso em: 20 set. 2022.

JABUR, Pedro de Andrade Calir et al. Migração e situações de rua: O uso do álcool nas ruas de Brasília. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 125-133, 2014. Disponível em: <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2014.037>. Acesso em: 20 set. 2022.

LONDERO, Mário Francis Petry, et al. Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. Interface, vol. 18, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2014.v18n49/251-260/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

MENDES, Lindalva Guimarães et al. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). Saúde em Debate [online]. v. 43, n. spe8, p. 107-119, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43nspe8/107-119/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

NATALINO, M. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (Setembro de 2012 a Março de 2020). Diretoria de estudos e políticas sociais ipea, número 73, página 1-20, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf. Acesso: 26 maio 2022.

NUNES N. R. A et al. População em situação de rua em tempos de pandemia da Covid-19. 1ª Edição. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2021. Disponível em: http://www.editora.puc-rio.br/media/Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua_book.pdf. Acesso em: 09 jun. 2022.

RIOS, Ariane Goim et al. A produção do comum como estratégia de cuidado para usuários complexos: uma cartografia com mulheres em situação de rua. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2021, v. 26, n. 08, pp. 3077-3086, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ytzfZcBsMQCXLrMGqHDwj8p/?lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2022.

ROCHA, Rita Martins Godoy, et al. O contexto do uso de drogas entre travestis profissionais do sexo. Saúde e Sociedade [online]. 2013, v. 22, n. 2, pp. 554-565. Minas Gerais. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/zmX8XtgK9fXwz3dsRzxXTXx/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, Maria Carolina. Pandemia aumentou o número de mulheres morando nas ruas no Recife. Marco Zero. 2022. Disponível em: <https://marcozero.org/pandemia-aumentou-numero-de-mulheres-moradoras-de-rua-no-recife/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SCHMALTER, Eduardo. Comissão da ALERJ de prevenção ao uso de drogas discute atendimento à população de rua. Assembleia legislativa do estado do Rio de Janeiro. 2021.

Disponível em:

<https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/51481?AspxAutoDetectCookieSupport=1>.

Acesso em: 17 set. 2022.

VERONEZE, Renato Tadeu. Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, p. 316-325, maio-ago. 2022. São Paulo.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/jrk/a/sbRXwBD8bHm9Q8cRrwZ4xBc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em: 20 set. 2022.